

Combater a “*Poética Pallidez*”: a questão da higienização dos corpos

José G. Gondra

Resumo:

O trabalho pretende discutir as relações entre educação e medicina no Brasil oitocentista, notadamente no município da Corte. Recorre às teses desenvolvidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – FMRJ para compreender como o discurso médico daqueles anos tinha na educação um dos seus principais vetores de intervenção social. Nesse sentido as escolas representavam para o campo médico um lugar prioritário para a disseminação das suas concepções sobre higiene, saúde, corpo e educação escolar.

Palavras chave:

Medicina-Aspectos sociais. Corpo-Cuidados e higiene. Estudantes-Cuidados e higiene. Educação física-Brasil.

Professor Adjunto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Doutor em Educação pela USP.

PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 121-161, jul./dez. 2004
<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>

Introdução

No ponto de partida vale assinalar que a “higiene”, nos séculos XVIII e XIX, é constituída em ramo da medicina dedicado à prevenção dos problemas sociais, em uma perspectiva preventivista: fundamental era impedir que o mal ou vício se instalasse. Nesse sentido, um conjunto de prescrições foi sendo gerado, incidindo sobre os mais variados setores da ordem social: espaços urbanos e rurais, públicos e privados, ricos e pobres, individuais e coletivos, por exemplo. Trata-se, portanto, de irradiação e proliferação de discursos acerca de inúmeros aspectos da vida social e da dos indivíduos, o que implicou inscrever a incipiente organização escolar nesse alargado arco das preocupações da ordem médica. Inscrição realizada com o auxílio da construção de uma cuidadosa representação das funções a serem realizadas na/pela escola. Esta deveria se ocupar da formação física, moral e intelectual das crianças e jovens, a qual, por sua vez, encontrava-se constringida por numerosas práticas, indicadoras da extensão da intervenção imaginada pelos homens da ciência médica. A corporeidade é posta nessa zona de complexidade e percebê-la nessa trama, marcada por um feixe de relações, funciona como condição para que a mesma possa, então, ser examinada e debatida.

Reconhecendo o amplo espectro de relações no qual o tema do corpo comparece, dedico-me, neste texto, a trabalhar com dois grandes aspectos do projeto de higienização dos corpos, sendo o primeiro deles voltado para se delimitar (?) a extensão das ações imaginadas. No segundo, dirijo meu olhar para o projeto de educação física a ser praticado e desenvolvido nos colégios, com foco preciso nos discursos produzidos e legitimados no interior da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – FMRJ. Busco também trazer uma contribuição inicial relativa ao modo como alguns professores primários da Corte Imperial reagiram a tal projeto, indício da recepção do projeto médico-higiênico relativo à escolarização de práticas corporais e também da legitimação do próprio modelo de organização escolar que o referido projeto procura delinear.

Extensão da intervenção

Assumida a disposição e necessidade de intervir na constituição física e o modo como a mesma deveria ser conduzida, considero ser

necessário compreender um terceiro elemento que integra o conceito de educação física partilhado pelos "higienistas" na FMRJ. Trata-se de examinar a quem pertence o corpo a que os médicos se referem e, deste modo, dimensionar a extensão da ação que estavam propondo em nome da formação do homem do futuro. Em um conjunto de teses analisadas, indicadas no quadro 1, é possível perceber a existência de oito aspectos distintos e articulados relacionados à intervenção sobre o corpo. Ressalto que nem todas as teses fazem referência explícita aos aspectos assinalados e nem todas lhes dão o mesmo destaque¹. Em seguida, indico os aspectos e aponto as teses que os abordam², procurando sintetizar a perspectiva dos médicos sobre os referidos temas.

Médicos Extensão da Intervenção	Dr. Ubatuba (1845)	Dr. Mello (1846)	Dr. Gomes (1852)	Dr. Portugal (1853)	Dr. Mafra (1855)	Dr. Andrada Jr. (1855)	Dr. Cruz Junior (1857)	Dr. Coutinho (1857)	Dr. Guimarães (1858)	Dr. Armonde (1874)	Dr. Machado (1875)	Dr. Vasconcellos (1888)	Dr. Brito (1891)
Vida anterior dos pais		x	x	x	x				x		x		
Casamentos			x	x					x	x	x	x	
Gravidez	x	x	x	x	x		x			x	x		
Parto	x	x	x	x	x				x	x	x		
Recém-nascido	x	x	x	x	x				x	x	x		
Infância	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x
Corpos masculino e feminino		x		x		x		x	x	x	x	x	x
Adultos e idosos		x	x	x					x	x	x		x

Quadro 1- A extensão da intervenção sobre o corpo

O quadro 1 indica a amplitude da concepção de educação que, de modo geral, era partilhada no interior da comunidade médica, no século XIX. O físico deveria ser pensado antes mesmo da fecundação/concepção, antes mesmo dos casamentos, pois o comportamento dos pais, a vida mais ou menos regrada, a experiência dentro ou fora dos moldes prescritos pela higiene determinaria a força e saúde dos filhos. Neste sentido, a conduta anterior dos pais consistia em uma das preocupações da educação física. Além disto, o casamento higiênico, o nascimento realizado sob os cuidados de parteiras habilitadas, os procedimentos a serem adotados junto aos recém-nascidos, seguido de um programa para cada uma das fases da criança, respeitando-se o gênero, também eram objeto da educação física. Esta não se encerrava na idade dos colégios, havendo prescrições para a permanência das atividades na vida adulta e na velhice, de modo a assegurar uma população mais forte e mais saudável. Com isto fechava-se o ciclo, pois com os adultos submetidos a uma vida regrada pela higiene o casamento estaria em conformidade com a pauta daquela ciência, e assim por diante. Educação física pressupunha, portanto, uma longa, continuada e programada intervenção durante todo o ciclo de vida do ser humano com vistas a fabricar uma humanidade nunca conhecida: o homem do futuro.

Educação física para os colégios

No que se refere à organização escolar, os médicos procuraram definir uma pauta para a educação física nas escolas e colégios na qual é possível identificar sete temas ou núcleos em torno dos quais o discurso é articulado: o diagnóstico das práticas corporais, os objetivos da educação do corpo, o lugar de educar, os agentes da educação física (professores/diretores, ginastas e alunos), o modo de educar, as atividades e os princípios que deveriam regê-las. Cabe, portanto, prosseguir no exame das representações produzidas em nome da educação física, recortadas pelo que podemos chamar de uma educação física escolar, com base em destaques extraídos das teses em que os núcleos identificados encontram-se mais e melhor desenvolvidos.

Diagnósticos: ao voltar-se para a instituição escolar os médicos iniciam seus discursos com um mapeamento do quadro educacional. Inexistência e descaso ancoram as representações acerca da educação escolar na Corte Imperial, indicando com isto uma maior gravidade no

panorama nacional. Tratava-se, pois, segundo a ótica da higiene, de um país defasado, atrasado e inculto, que precisava urgentemente ser reformado, inclusive e sobretudo do ponto de vista da formação e instrução do povo. Reforma que deveria trabalhar com a representação de uma educação integral, devendo, para tanto, contar com a iniciativa governamental e com a iniciativa dos particulares. Forças estas que, solidárias, poderiam alavancar o Brasil e inscrevê-lo na ordem civilizada por intermédio da invenção e imposição da escolarização à população local.

Ao traçar um diagnóstico dos colégios, o Dr. Mafra (1855) opera com o extenso conceito de educação física, exprimindo suas preocupações com a escolarização da infância:

Chegado á puerícia, o menino, ainda acanhado e debil pela idade, e não raras vezes adoentado pela sua defeituosa educação physica, é remetido a um estabelecimento de educação. Aqui aos males anteriores novos males se ajuntam. É systema em nossos collegios, desarrazoado sem duvida, sugcitarem-se ás mesmas regras hygienicas e disciplinares alumnos de todas as idades, de maneira que uma criança, que muitas vezes não tem mais que cinco, seis annos, acha-se nas mesmas condições em que o adulto. Esta communidade é evidentemente nociva ao desenvolvimento desses tenros e delicados seres. Submitter as crianças diariamente e por tempo immenso, como sôe dar-se em nossos collegios, á severidade e rigor, e, muitas vezes, aos caprichos e á impaciência de mestres e inspectores de estudos que os condemnam, estes ao silencio e immobilidade, aquelles a um esforço sobre natural de seu fraco espirito debaixo da impressão constante do medo: não é obstar poderosamente ao seu desenvolvimento physico e espiritual? Não é definharlhes o corpo, matar-lhes a intelligencia, e formar para a sociedade cidadãos pouco duradouros, e inuteis quando não perniciosos? (MAFRA, 1855).³

Os colégios, da forma como se encontravam organizados, constituíam-se em focos de males, em algo nocivo que deveria ser combatido. Contra tal modelo, propõe um colégio fundamentado nas classes de idade como forma de evitar contatos perigosos e nocivos entre alunos de faixa etária distinta, medida que proporcionaria aplicar de modo mais ajustado (e eficaz) as regras higiênicas e disciplinares. Propõe, também, uma menor permanência das crianças no espaço dos colégios como for-

ma de “não obstar poderosamente ao desenvolvimento physico e espirital” das mesmas, bem como maior paciência por parte dos mestres que freqüentemente condenavam os alunos ao silêncio e à imobilidade. Defende, ainda, uma maior tolerância por parte dos inspetores, cujo hábito era manter um ambiente ameaçador, o qual submetia o “espírito” dos jovens a um esforço “sobre natural”.

Depreende-se desse discurso um projeto de reordenamento dos colégios, a partir do qual os alunos fossem agrupados por classes de idade, e as práticas de professores e inspetores fossem redefinidas: aqueles, “pacientes”, e estes, “tolerantes”. Assim, o colégio estaria participando na formação de um sujeito não-pernicioso, de um sujeito útil e duradouro. Caso contrário este tipo de organização social, produtora de uma “comunidade nociva ao desenvolvimento” dos “tenros e delicados seres”, não teria sentido existir.

Este é um rico exemplo de como os médicos, ao tomarem a matéria da educação como objeto de suas preocupações, vão delineando um projeto de colégio e uma pedagogia que tem na doutrina da higiene a sua matriz inspiradora e na normatização do social, via escola, sua meta, construindo uma pedagogia de base médica. Perspectiva semelhante pode ser percebida no discurso do Dr. Guimarães (1858) que defendia a expansão da rede escolar em obediência ao critério da densidade populacional e de ajustamento aos “temperamentos dos alunos”. É nesta linha que argumentava que o governo deveria fundar colégios dignos de confiança nas diferentes províncias, para “dest’arte attender-se ás condições hygienicas” convenientes aos diversos temperamentos: “para ao sanguineo ministrarse um ar secco e doce; ao lymphatico, o ar vivo e frio das montanhas que estimularia seo appetite, daria energia a seos musculos e fal-o-hia procurar exercicio.” (GUIMARÃES, 1858). Este médico demonstrava, em seu discurso, uma confiança na sensibilidade governamental no atendimento a tal recomendação, o que, segundo ele, traria grandes benefícios: “confiamos que o governo concorrerá para que em algumas provincias se estabeleção estas casas de educação que salvarão das garras da morte e elevarão a um vantajoso desenvolvimento physico, os rebentões de grande numero de familias ja decahidas.” (GUIMARÃES, 1858).

Grau de confiança não evidenciável no discurso do Dr. Machado (1875) que, ao defender a expansão, denunciava um atendimento insatisfatório, por parte do poder público, no que se refere à necessidade

de escolarização, sobretudo da educação popular, atribuindo tal fato à excessiva centralização praticada pelo governo imperial. Neste sentido, os argumentos baseados no "temperamento" e no aspecto "populacional" sofrem uma inflexão no discurso deste médico, no qual a defesa da educação passava a ser orientada pela posição e condição dos sujeitos menos favorecidos na ordem social. Desta forma, a expansão do atendimento escolar passava pela educação popular.

Ao iniciar a terceira seção de sua tese, o Dr. Machado sublinhava que, para satisfazer às exigências do ponto escolhido, faltava analisar o estado da educação popular no Rio de Janeiro ("isto é, no Brasil" - complementa) e sua influência sobre a saúde. Seu discurso principia com a elevação do volume da crítica ao governo imperial, especialmente no que se referia à centralização administrativa que, segundo ele, paralisava as forças vivas da nação, demorando ou, antes, impossibilitando a sua marcha. Para destacar o efeito negativo daquele modelo administrativo no que se referia à matéria educacional, ele foi enfático: "Si em todos os ramos do serviço publico a centralisação é a causa primordial de mil inconvenientes, applicada á educação impossibilita mechanicamente a sua generalisação, nulificando a benefica influencia que póde exercer sobre o destino das nações." (MACHADO, 1875). Essa característica do governo brasileiro seria, em sua ótica, a responsável pela limitação, à Corte, de todo o "movimento educador", deixando as províncias entregues à própria sorte:

Com effeito, na capital se acham quasi todos os estabelecimentos de instrucção superior, as escholae normaes, o bacharelado, os collegios de instrucção secundaria; edificam-se cada dia palácios para a instrucção primaria, fazem-se conferencias publicas, enquanto que as provincias, abandonadas á seus mesquinhos recursos, vegetam na ignorancia completa e absoluta. (MACHADO, 1875).

Embora centralizasse todo o movimento educador brasileiro, a própria Corte, para o Dr. Machado (1875), não oferecia um lisongeiro espetáculo visto que a última estatística organizada "patenteou o elevado algarismo dos analfabetos da capital", evidência que este médico procurou, ironicamente, explicar com o emprego de uma metáfora extraída da fisiologia: a centralização congestiona a cabeça, mas não a nutre suficientemente.

Retomando o tema mais especificamente, ele discorre sobre as condições topográficas, climáticas e urbanísticas do Rio de Janeiro, cidade que

reunia, na percepção deste médico, um conjunto de condições consideradas anti-higiênicas, responsáveis pelas freqüentes epidemias de febre amarela, pelas endemias de natureza palustre, pela espantosa difusão da tísica pulmonar que, por si sós, segundo ele, deveriam ser um motivo poderoso para que não se estabelecesse, nesta cidade, um grande centro de educação. O que ocorria, contudo, era exatamente o oposto, pois muitos “filhos da província”, obrigados a residir na Corte durante os longos anos em que se dedicavam à educação intelectual, aí ficavam sujeitos à deletéria ação de um clima inteiramente diferente daquele da localidade em que nasceram e foram criados e rapidamente passavam a apresentar alteração profunda em sua constituição. Neste sentido, cabe acompanhar a descrição que o Dr. Machado constrói acerca desse fenômeno:

Todos os annos a capital recebe uma brilhante pleiade de jovens provincianos sanguineos e robustos, cuja constituição, endurecida pela actividade da vida do campo, parece apta a resistir a todas as cousas de destruição; em pouco tempo, porém, e pela simples influencia climaterica, quasi todos soffrem completa methamorphose: as cores vivas da saúde são substituidas pela poetica pallidez dos fluminenses; o temperamento sanguineo cede o passo a predominancia lymphatica; a agilidade, a força e a viveza se trocam pela indolencia e pela fraqueza; e quando, volvendo-se os annos, os poucos que resistem ás epidemias de febre amarella, febres perniciosas e typhoides, se retiram para o paiz natal, ou levam germens de graves molestias, que apressam-lhes o termo da vida, ou quando menos, tem a sua constituição tão profundamente deteriorada e a saúde tão precaria que sem exageração podem ser considerados verdadeiros invalidos. (MACHADO, 1875, grifos do autor).

Ao tecer esta representação dos escolares que eram obrigados a deslocarem-se de suas localidades para a Corte, em virtude da não existência de alternativa de formação escolar em nível local, especialmente o curso superior, ele dialogava com os que poderiam pensar que estava hiperbolizando suas críticas, a partir do que, para sustentar o diagnóstico por ele apresentado, recorreu à experiência pessoal, informando que apenas de sua cidade natal (Diamantina) conhecia seis jovens *robustos e inteligentes* que haviam sido vítimas da última epidemia de febre amarela e, considerando-se toda a Província de Minas, o número de vítimas elevava-se a 53. Isto sem considerar outros males, o que o fazia insistir na afirmação de

que o número daqueles que contraíam moléstias graves na Corte era crescido: "quasi todos, porém, soffrem atualmente, mais ou menos, as consequências do depauperamento de sua constituição, outr'ora robusta." (MACHADO, 1875). Reconhece, contudo, que esses males não poderiam ser exclusivamente atribuídos ao clima da Corte, assinalando que a "pessima organização dos internatos de instrucção secundaria concorre poderosamente para auxiliar a influencia das más condições hygienicas da localidade." (MACHADO, 1875). Ao indicar este outro agente causal dos males que assolavam a juventude da Corte, lamentava não poder fazer um estudo circunstanciado dos estabelecimentos escolares do Rio de Janeiro, justificando, com isso, o modo como abordara o problema da educação na Corte, tratando em um primeiro momento da educação física e em um segundo da educação moral e intelectual.⁴

Ao trabalhar com o problema da educação física, o Dr. Machado percorre o roteiro imposto pela Higiene, isto é, reflete sobre a localização dos edifícios escolares, arquitetura escolar, regime alimentar, exercícios musculares, passeios e regime interno ou rotina escolar que, de modo sintético, expressa nesses termos:

Nos collegios do Rio de Janeiro, quer de um quer de outro sexo, a alimentação é insufficiente, o trabalho exagerado, os exercícos desprezados, os diversos modificadores hygienicos, capazes de conservar e melhorar a saúde, completamente esquecidos; enfim, a educação física não existe, e poderosas causas de depauperamento se combinam para em pouco tempo arruinar a saúde dos infelizes meninos sacrificados, pela incuria do governo e pela ignorancia dos paes aos improbos interesses dos directores dos internatos. (MACHADO, 1875).

Esse médico atribui a produção de um quadro negativo da educação e da educação física na Corte e nas províncias, em grande parte, ao descaso com que o governo central tratava o problema da educação popular. Ao finalizar, acentua ainda mais as críticas à administração imperial, assinalando que o governo que desassombradamente intervinha na vida particular dos cidadãos desse império americano, que traçava limites à atividade individual, que regularizava a indústria, o comércio e a instrução, poderia também estabelecer um regime para os internatos, formulado segundo os princípios da ciência, e vigiar para que o mesmo fosse executado em toda a sua plenitude. No entanto, o governo ainda

não havia realizado esse movimento, o que criava condições para que fosse responsabilizado pelos males sofridos pela juventude escolar: “Já que pelos nossos hábitos e pela nossa índole tudo esperamos de *cima*, o paternal governo deve ser responsabilizado, perante a sociedade, pela saúde e pela vida de tantos milhares de jovens brasileiros”. (MACHADO, 1875, grifo do autor). Insistindo nesse ponto, o Dr. Machado, no último parágrafo em que tematiza a educação física, reafirma suas convicções de que o problema educacional encontrava-se diretamente vinculado ao problema governamental, isto é, as mazelas que identificava no quadro da educação escolar, e particularmente nas práticas da educação física que integravam um modelo de educação escolar que deseja ver superado, ademais, estava condicionado a um modelo político e de administração que, no limite, também deveria ser modificado.

Annular todos os inconvenientes dos internatos é tentativa superior ás forças humanas, entretanto seria fácil modifica-los profundamente submettendo-os á um regimen racional e á severa vigilancia; ora, isto está na alçada do governo, entretanto seria fácil obter-se, si verdadeiramente os interesses da educação nacional preocupassem os espiritos superiores. (MACHADO, 1875, grifos do autor).

O destaque que estou dando à crítica que esse médico desenvolve acerca do regime imperial e de sua administração deve-se, sobretudo, a dois aspectos. O primeiro deles é a própria recorrência da sua crítica: repetidas vezes ele estabelece uma relação causal entre o modelo político e seu funcionamento e o modelo e funcionamento dos colégios. Se este último encontrava-se mergulhado em uma situação de abandono, o responsável por isto era aquele. De acordo com esta lógica, a educação escolar só seria alterada se o governo imperial alterasse o tratamento que vinha dispensando ao problema educacional. O segundo refere-se ao modo como a mesma se apresentava. Note-se, inicialmente, que esse aspecto do discurso reveste-se de uma certa especialidade, considerando-se o lugar em que o mesmo era formulado e legitimado - a FMRJ e a audiência que freqüentava as sessões de sustentação das teses, inclusive o próprio Imperador e representantes da Coroa. Neste caso, não se tratava apenas de um discurso propositivo e modelador da educação escolar sob a égide da higiene, característica de outras teses, pois esse médico, ao mesmo tempo em que reafirmava a necessidade do reordenamento escolar a partir dos princípios produzidos e partilhados pelos higienistas, reconhecia que tal

reforma exigia, também, um reordenamento do Estado Imperial, fazendo com que sejam levados a considerar a existência de divergências estratégicas entre os médico-higienistas. Todos convergiam no diagnóstico e nas prescrições acerca do funcionamento escolar. No entanto, o Dr. Machado explicita a insuficiência de se fazer apenas uma defesa doutrinária com base e em favor da higiene como estratégia para modificar o quadro escolar na Corte e nas Províncias, já que, para ele, esse procedimento deveria estar associado à pregação contra a ordem imperial ou, ao menos, contra o modelo de administração centralizadora do Estado Imperial que condenava ao descaso a educação da juventude. A estratégia pensada era outra, pois a rede escolar e o corpo dos escolares só seriam suficientemente nutridos se houvesse um efetivo “descongestionamento da cabeça” governamental, o que, a seu modo, redefiniria o problema da educação escolar e da educação física, colocando-os também como problemas de ordem política e não apenas inscritos e circunscritos à ordem médico-higiênico-pedagógica.

Objetivos: a educação física, associada ao trabalho moral e intelectual, deveria, simultaneamente, cumprir vários objetivos: fortalecer, disciplinar, ordenar o trabalho nas escolas, moldar os temperamentos, estruturar o tempo escolar e regenerar. Estes objetivos ficam claramente apontados na tese do Dr. Mafra, de 1855. Ao se referir ao cotidiano escolar, o Dr. Mafra sugere uma rotina para os colégios⁵ :

Exercendo os trabalhos intellectuales, quando exagerados, influencia funesta sobre o espirito e indirectamente sobre o physico, cumpre que a seu respeito sejam observadas as regras seguintes.

Das cinco ás seis horas da manhã, conforme as estações, devem levantar-se os alumnos. Depois de uma ligeira refeição terão duas horas de estudo a tres; no fim deste tempo se lhes dará almoço nutriente (carne e legumes); seguir-se-ha um recreio de meia hora pelo menos, depois do qual se applicarão ás suas tarefas até o meio-dia, o maximo de tempo (tres horas), que se deve consagrar seguidamente a trabalhos serios. Uma nova recreação de meia hora deve preceder o trabalho que se seguir até ás duas horas. Então cessado este haverá algum repouso, ao qual succederá o jantar, seguido igualmente de meia hora pelo menos de recreação.

Recomeçarão então os trabalhos que durarão até cinco horas. Das cinco ás seis recreação, em que serão os exercicios mais livres e desenvolvidos. Das seis ás oito

o estudo, ao qual seguir-se-á a cêa, que deverá ser ligeira: um curto e moderado recreio depois do qual se deitarão os educandos. (MAFRA, 1855).

De acordo com o próprio médico, “conforme as estações”, o tempo de atividades nos colégios poderia variar de 15 a 16 horas diárias, distribuídas entre as refeições, os estudos, os recreios e um repouso. Procurava, assim, reger e ordenar a vida no interior dos colégios, de modo que os meninos pudessem incorporar um tempo exterior, um tempo prescrito a partir da ordem médica⁶, no qual deveria ser reservado um período para a realização dos exercícios físicos nos “intervalos” entre os trabalhos “sérios”. Note-se que nesta distribuição do tempo escolar não há espaço para o tempo “vago”, sem destinação previamente estabelecida⁷. Tratava-se, deste modo, de fazer com que a escola fosse toda ela regrada pela idéia do tempo útil, do tempo produtivo. Um tempo disciplinado e disciplinador, enfim.

O Dr. Mafra (1855) também não se furtou de pensar e prescrever regras para aqueles que não cumprissem os princípios da boa disciplina, referindo-se aos castigos:

As penas que á bem da ordem e disciplina é indispensável infligir aos alumnos de uma casa de educação, devem ser mui discretamente applicadas. A privação de recreio não é prudentemente empregada em qualquer occasião e para com qualquer individuo; casos ha em que é um mal hygienicamente considerado, maximo sendo immoderado o seu uso. Os castigos corporaes, cuja abolição desejamos se possa brevemente conseguir, estão no mesmo caso. (MAFRA, 1855).

É interessante notar que este médico posiciona-se contrariamente ao uso imoderado da “privação do recreio e dos castigos corporaes” posto que as duas práticas atingiriam a rotina preestabelecida, podendo prejudicar o corpo e o seu desenvolvimento. Não defende, contudo, a supressão de ambos, pois, segundo ele, “casos ha em que é um mal hygienicamente considerado”. Deste modo, o Dr. Mafra (1855) participa de uma defesa do uso também disciplinado dos castigos no interior dos colégios, entendendo que os mesmos poderiam cumprir sua função higiênica, desde que usados com moderação. No caso, castigar o corpo também é entendido como um recurso, “máximo”, para a educação do indivíduo de modo mais geral. Estimulado, privado ou castigado, o corpo é representado tanto como objeto a ser educado como meio de educação. Objetivos, enfim de uma educação física higiênica.

Espaços: a crítica ao espaço escolar também foi aplicada à educação física, o que fica emblematicamente posto na denúncia à ausência de espaço adequado para o desenvolvimento das práticas corporais nos colégios. Este aspecto foi bem explorado pelo Dr. Andrada Junior, em 1855. Ao iniciar o desenvolvimento do tema da educação física, ele apoiou-se em outro médico⁸ que, em tese de doutoramento, afirmara que o exercício, o movimento e a agitação “é lei geral da natureza”, sendo que, para o Dr. Andrada Junior (1855), um exercício corporal bem compreendido na sua parte verdadeiramente higiênica era uma das primeiras condições para o desenvolvimento dos órgãos e aperfeiçoamento de todas as faculdades do corpo e do espírito. Já no princípio de seu discurso indica que a questão corporal não deveria ser tratada isoladamente e recorre aos “arquivos da história”, retirando deles alguns exemplos que demonstravam o sucesso de uma formação integral⁹, lamentando que “entre nós” ainda não se compreendia que “o problema da educação consiste no equilíbrio das forças físicas e das faculdades intelectivas, que o desenvolvimento exclusivo de um traz constantemente o definhamento das outras.” A crítica é dirigida contra uma educação exclusivamente preocupada com o aspecto intelectual, produtora de adultos que “não terão que oferecer aos seus concidadãos mais do que um talento gasto pelos excessos e a sombra de um corpo humano.” (ANDRADA JUNIOR, 1855). Demonstra, deste modo, partilhar dos princípios ensinados na FMRJ ao longo do século XIX.

Ao mesmo tempo em que se opõe à mentalidade da educação fragmentadora do homem e de uma educação pelos fragmentos, o discurso do Dr. Andrada Junior (1855) supõe desdobramentos materiais. Nesse sentido, defende que “em todos os collegios haverão áreas ou jardins destinados aos trabalhos gymnasticos dos alumnos, os quaes terão lugar em horas determinadas e nos intervallos das lições.” Requer também desdobramentos programáticos, por intermédio dos quais postula ordenamento do tempo e das práticas corporais. Em relação ao primeiro aspecto, defende que os exercícios não deveriam ser praticados nem antes nem depois das refeições, mas entre os tempos dedicados aos estudos. Com relação ao segundo aspecto, defende que os exercícios deveriam ser repartidos segundo a idade de cada um e a diversidade das constituições. Trata-se de um discurso que também requer desdobramentos curriculares, lembrando que, antes da puberdade, os movimentos e atividades poderiam ser realizados indistintamente por ambos os sexos. A chegada da puberdade, no caso das

meninas, faz com que altere as recomendações para as mesmas, indicando que a ginástica a partir desta situação só deveria ser praticada como recurso terapêutico, reduzindo-se as atividades nos demais casos ao passeio a pé ou de carro, à dança, ao canto e ao piano, por exemplo. Para os meninos, ele reservava, além desses, o salto, a carreira, a luta, a esgrima, a arte de nadar, a equitação e “muitos outros exercícios, cuja influência sobre a desenvolvimento das nossas faculdades físicas tem sido consagrada pela experiência de tantos séculos.” (ANDRADA JUNIOR, 1855).

Finalmente, ele discorre sobre aquilo que designa como “Gymnastica Propriamente Dita” que, segundo sua definição, correspondia a uma série de movimentos simples e combinados, dispostos em uma certa ordem, próprios para fazer desenvolver gradualmente as diferentes peças de que se compõe o organismo humano, atribuindo a Werner (apud ANDRADA JUNIOR, 1855.) a idéia de “sistema de movimentos metódicos e compassados” que fora modificado, com vantagem, pelo coronel Amorós¹⁰, sendo este também o modelo de ginástica recomendado por uma série de franceses listados no trabalho¹¹ que, de sua parte, o médico brasileiro assume e defende, apesar de reconhecer a existência de observações contrárias feitas por Delacoux (apud ANDRADA JUNIOR, 1855). Em virtude das características e dos limites de uma tese, desculpa-se por não descrever sucintamente os variados exercícios integrantes da ginástica de Amorós, limitando-se a “unicamente indicar-lhe a proficiência e aconselhar seu emprego para a educação da mocidade nos collegios.” (ANDRADA JUNIOR, 1855).

Soares (1998), ao examinar detalhadamente a proposta de ginástica do coronel espanhol, de ampla divulgação e impacto na França oitocentista, considera que a mesma visava moldar o corpo a partir dos critérios da limpeza e da utilidade e que o projeto amorosiano ganhou um espaço de grande visibilidade com a criação dos Ginásios que ele defendia. De acordo com esta autora os Ginásios, desde a inauguração do primeiro deles (1820), foram transformados em palco onde ocorriam verdadeiros espetáculos, em que se demonstrava força física e destreza, constituindo-se, portanto, segundo Soares (1998), em “espaço oficial de divulgação de um modelo de treinamento do corpo e da vontade: o lugar onde se aprende a fazer o uso correto das forças físicas e morais.” A autora registra também que, de um modo geral, os inúmeros Ginásios amorosianos constituíram-se em “verdadeiros santuários onde se treinava, de modo sistemático, um outro modo de ser. Deles saíam os homens e mulheres fortes,

vigorosos e bons.” (SOARES, 1998, p. 36), acrescentando, ainda, acerca do fundamento utilitário da proposta de Amorós (apud SOARES, 1998, p. 36-37), que ele desenvolveu um tipo de trabalho no qual seus alunos, a cada mês, praticavam as ações corporais aprendidas nos ginásios “em bosques, rios, cachoeiras e terrenos bem acidentados”. Esse método, continua Soares, buscava estabelecer “de forma muito precisa, a relação dos exercícios praticados com sua utilização na vida cotidiana” sendo esta uma estratégia para negar a representação de ginástica como frivolidade e entretenimento - e, acrescento, tempo livre e ócio. Tal estratégia, para Soares (1998), atendia a um postulado caro a Amorós: o de que o grande objetivo de seu trabalho era a educação moral.

A Ginástica era apenas o meio mais adequado para realizá-la. E educar era, sobretudo, criar normas de conduta que fossem individualmente interiorizadas para serem socialmente mais eficazes. A criação de uma segunda natureza a partir da norma deveria ser de tal forma internalizada que tornar-se-ia a própria natureza. (SOARES, 1998, p. 37).

O postulado amorosiano parece ter sido bem compreendido pelo Dr. Andrada Junior (1855), que tenta aplicá-lo recusando-se a trabalhar o corpo descolado de uma perspectiva moral e social. Para tanto, apropriou-se não apenas dos princípios fundadores do modelo de Amorós, como também da luta pelas condições materiais para execução deste projeto e da defesa dos exercícios que o mesmo propõe, forjando um programa escolar em que o trabalho com o corpo só teria sentido se colaborasse, simultaneamente, para a produção de um corpo robusto e flexível e de um sujeito sem vícios.

Agentes: a inclusão da educação física nas escolas supunha a defesa de uma especialização na condução destas atividades. Em oposição às atividades dos saltimbancos, circenses e das ruas, a atividade na escola deveria ser sistemática e metódica. Neste sentido, requeria um profissional específico para lidar com o corpo dos escolares. Exigia, portanto, uma espécie de profissionalização no trabalho com o corpo, com a defesa dos “ginastas”. Além disto, impunha uma definição de outros agentes da escola, nomeadamente os professores/diretores e dos próprios alunos.

Ginastas: na tese do Dr. Souza (1857), a XV proposição trata especialmente desta questão, quando ele propõe: “Era necessária a criação de uma classe nova de indivíduos nos collegios, os gymnastas, que dirigissem

e regulassem os exercícios.” Apesar do formato distinto desse trabalho, devido ao seu caráter propositivo, é possível perceber a existência de um roteiro que os médicos seguem: educação do equilíbrio, diagnóstico negativo das práticas corporais desenvolvidas nos colégios e prescrições de exercícios. Neste caso, uma recomendação é, pela primeira vez, apresentada: criação da classe dos ginastas. A presença deste ponto sugere que as práticas corporais deveriam ter um tratamento distinto e especializado no interior dos colégios, merecendo, portanto, que se instituísse um elemento no quadro de pessoal da escola que se responsabilizasse e fosse responsabilizado pelo desenvolvimento do físico dos escolares. Neste sentido, tal posição, ao propor uma educação do equilíbrio e da moderação pressupõe que, para que a mesma fosse atingida, se promovesse uma discriminação dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento das diferentes dimensões do humano, sendo que, no caso do aspecto corporal, haveria a necessidade de um sujeito especializado. É indício, neste discurso de 1857, do surgimento da defesa do profissional especializado nas questões corporais, do professor responsável pelo desenvolvimento físico do escolar, de uma espécie de profissional que tomasse o corpo como objeto específico de sua intervenção, enfim, do professor de educação física. A educação do equilíbrio, ou integral, passava a exigir uma especialização em cujo desdobramento inicial distinguir-se-ia o professor responsável pela educação intelectual e moral e um outro que ficaria responsável pela educação física, o que não significava dizer que este deveria desprezar as demais dimensões do homem, conforme a doutrina médico-higiênica^{1 2}.

Professores/Diretores: como indicado anteriormente, muitas escolas primárias na Corte eram escolas unidocentes, sendo os seus professores os responsáveis pela direção da mesma em todos os sentidos: matrícula, frequência, aulas e relatórios, por exemplo. Por concentrarem estas funções, eles eram repetidamente lembrados pelos higienistas na condição de aliados necessários à implementação do projeto defendido pelos médicos. A preocupação com os professores foi explicitada na tese do médico-professor Dr. Vasconcellos, em 1888, ocasião em que emitiu um diagnóstico ambíguo acerca dos exercícios ginásticos nas escolas:

Entre nós, felizmente já se vai compreendendo a utilidade desses exercícios; é verdade que os professores ainda não estão, em grande numero, industriados no methodo a estabelecer, tanto que vemos as crianças

começarem estes exercícios simultaneamente pelos dous grãos. Além disso, os professores fazem executar esta parte do programma de ensino, nas proprias salas de aulas, muitas vezes tão acanhadas que mal tem espaço para a mobília escolar. Os resultados a colher-se nestas condições, não podem ser satisfactorios e transforma-se assim esse poderoso modificador em uma inutilidade. (VASCONCELLOS, 1888).

A compreensão da utilidade dos exercícios ginásticos vem acompanhada da denúncia de que a aplicação dos mesmos vinha se dando de forma inadequada por parte dos professores, o que sugeria a necessidade de quadros especializados para a condução das práticas corporais no interior dos colégios. Só deste modo os exercícios ginásticos poderiam vir a cumprir sua função regeneradora e compensatória junto à classe pobre da população e, portanto, produtora de um sujeito formado integralmente, exigência de um modelo de saúde e de representação de homem requeridos pela sociedade moderna à qual se queria integrar o Estado Imperial brasileiro.

Em 1855, a insatisfação do Dr. Andrada Junior (1855) com a educação manifesta-se contra três instituições: o Estado, a Família e a Escola, pois para ele o desleixo das autoridades incumbidas de vigiar a limpeza e asseio das cidades, o dos chefes de família que remetiam ao acaso a educação de seus filhos, que os sufocavam desde a mais tenra idade na atmosfera mefítica dos bailes e dos teatros ou que deixavam as suas casas serem transformadas em lodaçais de impurezas e imundícies e, finalmente, o desleixo dos diretores dos colégios, encarregados de velarem pela boa direção de moços inexperientes, reunidos em grande número em uma mesma casa, “é, e será por muito tempo ainda, o fabricante de todas essas machinas ambulantes de pelle e osso que cruzão automaticamente as ruas de nossas cidades, e que só sabem viver da dor que os acabrunha.” (ANDRADA JUNIOR, 1855). Neste caso, a crítica aos diretores dos colégios vem associada à crítica a outras instituições, muito embora ele reparta precisamente as competências de cada uma delas, apontando o “desleixo” das mesmas nos aspectos que lhes competia: a cidade, a casa e a escola. Segundo a perspectiva deste médico, a fabricação das “máquinas ambulantes” deveria ser então repartida entre as três instituições para as quais apontava e nas quais identificava a necessidade de serem reformadas.

No que se refere aos professores/diretores propriamente ditos, o Dr. Andrada Junior (1855) oferece um detalhado roteiro a ser seguido

para a sua seleção e conduta, cujo início é voltado para uma análise da “sciencia da educação”. Para ele, não era sem fundamento a afirmação de M. Rollin de que a ciência da educação era de todas a mais difícil, a mais rara e, ao mesmo tempo, a mais importante. Assim sendo, o “espinhoso caminho de instructor da mocidade” só deveria ser trilhado por homens cuja sabedoria, retidão, perspicácia e moralidade estivessem acima de toda e qualquer censura desfavorável, já que o futuro de uma multidão de manebos cheios de vida e de esperanças, em que repousavam talvez os destinos da geração de amanhã, quebrava-se não poucas vezes de encontro às falsas doutrinas de uma direção “mal assisada”. E continua:

O espírito menos remisso em conceber as mais delicadas noções póde, pelos desvarios de um regulamento vicioso, deixar morrer uma a uma todas as qualidades que o tornavão capaz de preencher um dia os mais importantes encargos da sociedade, do mesmo modo que o coração mais bondadoso contaminar-se e perder-se sob a malefica influencia dos mãos exemplos.

A educação nos collegios não será limitada á cultura da intelligencia, e o seu director deverá dispôr de um fundo de erudição sufficiente, não só para poder inculcar com facilidade nos tenros corações dos seus discipulos o amor do bello e do justo, como também para saber conservar-lhe a integridade funcional, sem o que a custo supporta o homem o pesado fardo da vida; a influencia que sobre o moral e a intelligencia exercem as condições physiologicas do nosso corpo, é razão bastante para que assim nos pronunciemos. (ANDRADA JUNIOR, 1855).

Em seguida, apoiando-se no Barão de Gerando e em Adolphe Bossange¹³, alerta para outros traços que um “bom director” deveria possuir:

Uma das precauções mais indispensaveis de um bom director será o de ter em equilibrio a balança da justiça, dispendendo na medida conveniente as reprehensões e os elogios, os castigos e as recompensas, de modo que estas não produzam demasiado orgulho; que aquelles, em vez de servirem de correctivo, não dêem lugar a caprichosas reincidencias ou ao indifferentismo; procurará sempre o melhor meio de casar a severidade com a indulgencia tratando a todos com igual estimação e lembrando-se que a benevolencia (bem comprehendida) dos mestres é uma das primeiras

condições de adiantamento dos discípulos. ‘Não basta que o professor possua (exclama o barão de Gerando no seu Curso Normal) aquella virtude feroz e aspera que repelle, assusta e contrista, se é que a virtude póde tomar semelhante aspecto; severo convoscós, sereis indulgentes com os outros; procurareis fazer estimavel a virtude sabendo ennastra-la de flôres, e vossos discípulos folgarão na vossa companhia. (ANDRADA JUNIOR, 1855, grifo do autor).

Para o Dr. Andrada Junior (1855), associado a um apurado senso de justiça, os professores deveriam conhecer profundamente o caráter dos seus discípulos e conhecer a fundo o coração dos homens no que se refere à maneira de conduzi-los à estrada da “honra e da felicidade”. Por isso, considera a perspicácia um dos atributos indispensáveis à função docente, já que ela permitiria regular convenientemente as palavras e ações pela índole e idade de cada um e não correria o risco, como alguns, de deixar-se iludir com falsas aparências, nem de acordar, como muitos, por advertências fora do tempo, os mesmos sentimentos que procurava aniquilar. No que diz respeito à moral dos professores, ele trata desta questão de modo breve e incisivo:

Quanto à moralidade, não tocaremos mesmo nesta questão, porquanto não há quem desconheça a que tristes eventualidades se vê sujeito o menino entregue à vigilância e aos conselhos de habitos depravados; contentar-nos-hemos com asseverar que lhe resultará para o espírito o mesmo desmerecimento que no corpo produz a alimentação com substancias corruptas ou a inalação de um ar impregnado de miasmas. (ANDRADA JUNIOR, 1855).

Culto, Justo, Perspicaz e Decente são os adjetivos que o profissional da “sciência da educação” deveria possuir, sob pena de impedir o pleno desenvolvimento dos jovens, ou melhor, sob pena de não ser capaz de aplicar correta e eficientemente os postulados da higiene. Neste sentido, tais adjetivos deveriam ao mesmo tempo orientar os processos de formação, seleção e fiscalização dos professores que, pelo diagnóstico traçado, não atendiam a essa quádrupla condição para o bom exercício de sua função.

Em 1853, o Dr. Portugal também apresenta uma crítica aos professores selecionados pelo próprio Estado. Ao fazer uma espécie de diagnóstico dos colégios, este médico explicita sua crítica, que vem acompanhada do programa que prescrevia:

Geralmente nos collegios existentes em o nosso paiz, quasi que podemos dizer sem medo de errar, que nem o moral e nem o physico se aperfeçoam tanto quanto era de esperar, porque não ha verdadeiro methodo seguido pelo professores para isso; o moral, porque a má administração que ha nos collegios dá lugar, ou ao completo abandono dos meninos quando elles mais precisam de quem lhes guie seus tremulos passos na vida, ou por causa do muito rigor que ha em outros estabelecimentos; o physico, como dissemos, não se aperfeiçoará, não só em attenção ao moral, como por causa das condições physicas existentes nestes estabelecimentos: como uma atmosphaera viciada pelos grandes ajuntamentos de pessoas, falta de asseio, más alimentações, etc.

O encerramento e prohibição que alguns pais costumão dar a seus filhos, e que muitas vezes é movida pelos directores dos collegios de que os moços não arredem pé destas casas - é má, pois que havendo de preencher os moços em certa quadra da vida funções tão naturaes como a da geração, sentindo o fogo de suas vontades abrasadoras ateiado por tal imposição, entregão-se ao onanismo e todas as castas de immoralidade que principalmente existem nos collegios de mais rigor: assim aconselhamos que o numero dos recreios seja augmentado, e durante elle os exercicios gymnasticos postos em pratica para distrahir a esta gente, que do contrario ficará de physico e moral estragados e a patria illudida por ver as suas esperanças mallogradas; pois é desta brilhante mocidade que ella espera sua salvação e prosperidade futura. (PORTUGAL, 1853).

No caso dos rapazes, a prescrição do Dr. Portugal consiste em elevar a quantidade de recreios, de modo a distrair os jovens do “fogo de suas vontades” com o artifício da ginástica. A adoção das práticas dos exercicios corporais nos recreios escolares funcionaria, de acordo com esse argumento, como um antídoto contra os vícios, pois, juntamente com a distração da juventude, viria a ocupação integral do tempo escolar. Outra vez, nessa representação de ginástica escolar, ela encontra-se a serviço da regulação física, mas, neste caso, sobretudo moral.

No caso das meninas, o argumento orgânico encontrava-se igualmente subordinado às preocupações com a regulação moral. O postula-

do de que se deveria evitar o desenvolvimento prematuro dos órgãos funciona como um argumento que visava a interditar práticas moralmente condenáveis do ponto de vista da boa higiene:

Ao terminarmos nosso ponto de educação, lembramos que a educação moral que se dá ás meninas em o nosso paiz, não é das melhores, pois que muito cedo principião ellas a sorver tragos de prazer nos salões dos bailes e theatros, dando lugar taes excitações a desenvolvimentos prematuros dos órgãos e suas terriveis consequencias, que por tantas vezes acabrunhão o physico dessa juventude.

Será muito proveitoso que as meninas em idade muito tenra não se entreguem á leitura de romances, pois que produzem effeitos muitos fortes sobre seu organismo; será de proveito para que não se dê o desenvolvimento prematuro de órgãos, e se este aspecto que muitas vezes tomão as senhoras que principião a receber de muito cedo excitações as quaes muitas vezes são satisfeitas em detrimento de seu organismo. (PORTUGAL, 1853).

Proteger e preservar o corpo biológico são princípios que este médico invoca para sustentar a contra-indicação de “práticas perigosas” visto que, no limite, elas colocavam em risco o próprio organismo. Assim, a conservação da vida, fundamento mais nobre da ciência médica, é que deveria fundamentar, igualmente, os demais aspectos do homem que a ele deveria ficar subordinado. Tudo aquilo que pusesse em risco o organismo deveria ser banido em seu próprio nome, daí a proibição às jovens de freqüentar os salões, teatros e de ter acesso à literatura de romance, práticas que, segundo a higiene, “acabrunhavam” o desenvolvimento físico das meninas.

Uma posição assemelhada, no entanto, já estava presente no interior da comunidade médica, pelo menos desde o ano de 1852. Neste ano, o Dr. Gomes, após lançar as bases para o programa escolar, advertia os diretores, chamando-lhes a atenção para o grande valor e alcance da palavra educação.

O programa escolar proposto pelo Dr. Gomes (1852) desdobra-se nas questões metodológicas, de conteúdos e na organização do tempo escolar, como pode ser verificado em seu discurso:

A sua instrucção então deve ter por objecto as cousas que cahiam immediatamente debaixo dos sentidos, e que, fixando a attenção, façam nascer ideas, e exercitem a memoria. O estudo das linguas, e das sciencias abstratas

devem começar um pouco mais tarde, quando o menino tiver já adquirido vigor, e quando fôr dotado de raciocínio e meditação. A alimentação nesses collegios é invariavel e insufficiente. Ha o mesmo recreio com a mesma duração; o mesmo genero de exercicios para o menino, que para o adolescente; as mesmas horas de somno, etc., como se todos tivessem o mesmo grão de forças e de perdas; e o mesmo tempo de estudos para todos, como se o espirito do menino fosse susceptivel de uma attenção tão prolongada como a do adulto. Semelhante regime tolhe o desenvolvimento physico e moral do menino. Lançae um golpe de vista para os pensionistas de nossos collegios, e achareis em seu semblante pallido, descarnado, contristado, sem expressão, a prova desta verdade. Do desgosto, que o estudo assim apresentado lhes inspira, nasce a hypocrisia, e para escapar ás punições que os perseguem, os meninos se lançam na mentira, e procuram illudir seus mestres. (GOMES, 1852).

Em seguida, advertia os directores dos colégios para que prestassem atenção ao programa por ele formulado, pois a eles caberia reorganizar o funcionamento das escolas em consonância com a ordem médica:

Os directores dos collegios se devem compenetrar do grande valor, e alcance, da palavra - educação - e de que na infancia o cerebro precisa de repouso, e os musculos de exercicio. A duração das classes deve ser diminuida; a dos recreios augmentada; o genero de exercicios deve ser proporcionado ás idades, e constituição dos alumnos; grande intervallo deve haver entre as refeições e as classes; entre a da noite e o somno deve mediar pelo menos duas horas; e o infante deve deitar-se mais cedo, do que o adulto. (GOMES, 1852).

Assim, o Dr. Gomes (1852) sela a repartição de tarefas entre os médicos e os directores/professores, sobressaindo nesta última fala o verbo “dever”, verbo aliás muito característico da gramática da ordem médica, como já alertava Laplantine (1991, p. 237). No caso, o médico prescreve as ações que deveriam ser seguidas pelo agente responsável pelo funcionamento da escola, que deveria agir, então, como um agente da higiene¹⁴. Agente este que, segundo ele, deveria ser jovial e de pouco rigor, pois, como dizia Monteverde, “rigor, nem para fazer o bem”. Acrescenta, ainda, uma recomendação para os casos em que o “diretor e os professores” fossem obri-

gados a repreender ou castigar seus discípulos. Nesta situação, eles deveriam tratar, logo depois de aplicada a repreensão ou castigo, de “reganhar-lhes” a amizade, fazendo-os sentir que eram amigos e que os castigos, em vez de males, trariam imensos benefícios. Deste modo, assegurava, aqueles que se achavam à testa dos estabelecimentos de educação estariam desempenhando o seu dever e a importante missão que lhes havia sido confiada, satisfazendo assim os desejos ardentes daqueles que lhes haviam confiado seus filhos. Estabelece, deste modo, a tese do castigo higiênico que, nesta acepção, não deveria ser completamente banido dos colégios.

Alunos: as posições acerca do trabalho com os alunos tem início com a definição da idade escolar, marcada com base em argumentos oriundos da fisiologia. Na escola, as prescrições de trabalho corporal encontram-se associadas à faixa etária e ao gênero. Esses dois critérios deveriam ser adotados na orientação das atividades físicas: início, duração, desenvolvimento e término. No que se refere à idade, há um consenso de que a educação anterior à escola deveria ficar sob a responsabilidade da família. Neste caso, a “invenção da infância” seria um dos fatores responsáveis pelo isolamento e constituição da família nuclear visto que, durante sete anos, a criança seria o alvo exclusivo da atenção e cuidados da família. Vale observar que esta preocupação remonta ao ano de 1852 quando o Dr. Gomes, ao abordar a problemática dos colégios, formulou um extenso programa de ordenamento dos mesmos, tendo como núcleo inicial o problema da educação física. A primeira prescrição por ele apresentada diz respeito ao critério de matrícula que, em sua perspectiva, deveria ser o de idade.

Mal desponta o menino aos 5 ou 6 annos de idade, que já se trata de encerral-o entre as quatro paredes de um collegio, onde pregado continuamente em um banco, respirando uma atmosphaera não renovada e constantemente viciada, é comdemnado á immobilidade por dilatadas horas, curvado sobre livros que excedem o alcance de sua comprehensão. A attenção já pouco excitada desaparece, a aversão começa; o organismo gasta-se, e a intelligencia se enfraquece. Se por ventura elle se impacienta com este estado oppressivo é immediatamente castigado. Se nesses curtos recreios não guarda a gravidade do ancião, é logo reprehendido. Em breve é sobrecarregado de estudos que ultrapassam as forças de seu espirito; suas faculdades rudimentarias se aniquilam; aquele que

era estúpido fica completamente idiota, e aquelle que prometia uma intelligencia de Newton torna-se o mais estúpido dos homens. É de summa necessidade que o menino comece os seus estudos só na idade de 7 annos, e nunca antes. (GOMES, 1852).

Ao definir a idade mínima para ingresso nos colégios, este médico vale-se de argumentos baseados no desenvolvimento biológico. No entanto, tal definição tem também efeito nas políticas públicas, já que, com esse corte, o Estado definia claramente em que momento iniciaria sua intervenção junto à população, sendo que antes dos sete anos a formação deveria ficar a cargo das famílias. Sobre este ponto o Dr. Portugal (1853) também reserva uma parte de seu discurso para tratar da questão da idade mínima para ingresso nos colégios:

A idade que nos parece mais propria para o menino ir para o collegio é a idade de sete annos. Os professores e directores dos collegios devem principiar por ensinar aos meninos linguas, para ao depois ensinar-lhes sciencias que não necessitem muito dos esforços da intelligencia, e passar do estudo destas ás mais difficeis. Nos primeiros sete annos a memoria é das faculdades da alma uma que mais cedo principia a mostrar-se; por essa razão foi que aconselhámos o estudo das linguas em primeiro lugar. Muitos moços estudão philosophia em o nosso paiz em idade que não a podem comprehender sem grande perversão no seu moral e no seu physico, e quando consigão comprehendê-la a custo de esforços ficarão acabrunhados, e de physico e moral deteriorados. (PORTUGAL, 1853).

O aspecto biológico é tomado como critério que ordena o início da escolarização, bem como o que e como deve ser estudado, hierarquizando e subordinando, desse modo, a aprendizagem ao desenvolvimento biológico. Construindo, enfim, um método para o ensino ao qual encontram-se vinculados conteúdos, procedimentos e tempos. Método que cimenta as preocupações físico-corporais e morais.

Procedimentos e princípios

Ao defenderem uma educação integral, os médicos também defendem um método para que a mesma seja bem sucedida. Um dos aspectos é a hierarquia que estabelecem. Para eles, a educação do corpo

deveria preceder a educação intelectual. Em 1846, o Dr. Mello defendia a antecedência dos exercícios corpóreos em relação aos estudos, pois, segundo ele, enquanto o espírito não estivesse suficientemente forte e o corpo bem robustecido, os meninos não deveriam se “consagrar, senão aos exercícios corpóreos, que fortificação a sua constituição”, já que a natureza não poderia operar ao mesmo tempo o desenvolvimento do corpo e da inteligência. Nas palavras dele:

O crescimento do corpo deve ter lugar antes do espírito; e por consequência, seguir-se-há uma ordem inversa, se esforçar por desenvolver a inteligência, quando o corpo ainda é fraco, e delicado, e interrompendo-se a marcha livre, de que este precisa para expandir-se, elle se depauperará, e não sahirá victorioso do combate da puberdade, e então será acabrunhado pela morte, depois de ter precedido de molestias crueis. Adoptando-se uma rotina contrária, fazemos com que os meninos comprem e bem caro uma celebridade antecipada, e exigimos um impossivel da natureza. Fleury diz ‘querer-se que sejam doutores (os meninos) é exigir-se que uma planta nova tenha, d’um dia para outro, um tronco colido e profundas raizes’. A experiencia constantemente nos faz ver, que, procurando-se desenvolver as facultades intellectuaes antes do tempo prescripto pela natureza, e exercendo-as continuamente por estudos sustentados, chega-se muitas vezes á dar-se-lhe uma grande energia, mas tão bem cahem no enfraquecimento de maneira que os meninos, que tinham começado por prodigios da sciencia, e erudição acabam por se tornarem imbecis, e estupidos^{1.5}. (MELLO, 1846).

Com estes elementos postos em jogo, o Dr. Mello (1846) prescreve que se deveria prestar muita atenção aos estudos da infância, e que não se seguisse mais o costume de enviar os meninos à escola tão logo aprendiam a andar, lugar em que ficavam quase o dia todo, pois a obrigação de ficarem sentados, a atenção que aplicavam aos livros, a coação em que se achavam, tudo isto os oprimia e os assassinava lentamente, porque tudo isto era “opposto á sua natural vivacidade”.

Ao concluir a tese, referindo-se ao método por ele proposto, o Dr. Mello (1846) afirma que “taes são os meios, que nos parecem adequados para constituirem a base d’uma educação publica, consentanea ao bem da humanidade, e aos progressos scientificos do seculo”. Seguido o modelo apresentado,

alcançar-se-ia a constituição de corpos robustos, espíritos esclarecidos e almas virtuosas e deste modo estar-se ia doando ao “nosso jovem Brasil” filhos dignos de sustentarem a sua honra e as instituições que regiam o próprio país. Outra vez, o projeto de formação escolar e seu aspecto metodológico são representados em um cruzamento direto com a própria constituição da nação e das instituições nacionais. No que se refere ao corpo, os médicos traçavam o plano para obter e, com isto, abastecer o Estado daqueles corpos considerados exemplares.

Atividades: para atingir os objetivos de disciplina, regeneração, força e moralização dos/pelos corpos, os médicos selecionaram um conjunto de exercícios voltados para o alcance dos referidos objetivos, como pode ser verificado no quadro 2.

Ano	Autor	Exercícios Recomendados
1845	Manoel Pereira da Silva Ubatuba	Canto, amor, conversa, dança, esgrima, jogos infantis e ginástica ¹⁶
1846	Joaquim Pedro de Mello	Passeio (a pé, a cavalo, de carruagem), dança, jogos infantis, natação, ginástica, marcha, salto, carreira, esgrima, malha, bola, equitação e luta ¹⁷
1852	Antonio Francisco Gomes	Passeios, corridas, saltos, brincadeiras infantis, natação, esgrima, dança, jogo de malha e de “pella”, ginástica ¹⁸ , canto e música
1853	Antonio N. de Gouvêa Portugal	Luta, natação, equitação, pulos, jogos de malha, “pella”, bilhar, espada e outras armas
1854	Balbino Candido da Cunha	Lançamento de pesos, levantamento de peso, passeios, carreira, salto, lutas, dança, esgrima, natação e equitação ¹⁹
1855	José Bonifácio C. de A. Junior	Ginástica, passeio a pé ou de carro, dança, canto, piano, salto, carreira, luta, esgrima, natação, equitação, conversação e leitura em voz alta ²⁰
	Joaquim José de Oliveira Mafra	Passeios, corrida, salto, luta, dança, esgrima, natação e equitação
1857	Joaquim F. de Paula Souza	Passeio, carreira, salto e natação ²¹
1857	Candido Teixeira de A. Coutinho	Ginástica, esgrima, natação, passeio, salto, carreira, dança, exercícios da voz (conversação, leitura, canto e declamação) e jogos infantis
	José de Souza P. da Cruz Junior	Esgrima, dança e ginástica
1858	Antenor Augusto R. Guimarães	Ginástica, canto, pesca, caça, agricultura, artes, vida ao ar livre ²²
1863	Wilhelm Naegeli ²³	Ginástica
1874	Amaro Ferreira das N. Armonde	Barra, carneiro, salto, carreira, ginástica, dança (quadrilhas, contradanças, schotsh, polka e valsa), marcha, canto, declamação, natação, esgrima, bola, peteca, malha ²⁴ , equitação, caça e passeio
1875	João da Matta Machado	Esgrima, ginástica, dança, marcha, salto, carreira, natação, jogos de bola, corda e peteca e exercícios da voz (falar, declamar, ler em voz alta e canto) ²⁵
1888	Carlos R. de Vasconcellos	Ginástica (posições, flexões, extensões, passos, marchas, carreiras e saltos etc.)
1891	Severino de Sá Brito	Ginástica, esgrima, passeio, críquet, futebol, luta e tênis, viagens, excursões, caminhadas e piquenique ²⁶

Quadro 2 - Os exercícios higiênicos

Poder-se-ia considerar esta lista como a expressão das atividades físicas, consideradas higiênicas e que deveriam ser praticadas pelos discípulos, mas não exclusivamente por eles, pois várias destas atividades são igualmente recomendadas para o período que antecede o ingresso nos colégios e o que a ele se segue. Por exemplo, os jogos infantis são atividades recomendadas para o primeiro período e a marcha (ou caminhada) é sugerida desde o período escolar até a velhice.

No entanto, juntamente à indicação dos exercícios é possível perceber que os mesmos deveriam ser orientados, isto é, não poderiam ser praticados de qualquer modo. Para que atingissem as finalidades preventivas ou curativas a que se destinavam, recomendava-se que os mesmos seguissem os princípios formulados pela higiene.

Reações dos professores

Presente na ordem médica, o tema da educação física a ela não ficou circunscrito. Seja no ensino primário, no secundário²⁷ e na escola normal²⁸, seja no âmbito das reformas, no recrutamento de professores/as e no ensino profissional, o debate acerca da inserção dessa prática esteve presente. Aqui abordo algumas reações de professores primários da Corte, embora haja sinais de que essa questão também esteve presente em outras províncias, como se pode perceber no ofício do Professor Pinto encaminhado ao Inspetor Geral, Eusébio de Queiroz, em 1º de agosto de 1857²⁹. Nesse documento, o professor faz referência a um parecer de sua autoria, feito sob encomenda, a partir da solicitação do presidente da Província de Alagoas, no qual "suscita e procura resolver" a questão da educação física dos meninos do "Collegio dos Educandos e Artifices" daquela Província. Parecer cujo resumo, fazendo uso do tom protocolar da época, é encaminhado ao Inspetor da Instrução da Corte, sintetizando o tema nos seguintes termos:

Penso que já é tempo de se procurar saber a razão porque ha tantos indigentes n'um pays tão pouco povoado e que tem carencias de braços robustos. No parecer, estudei esta questão e enunciei a convicção em que estou de que o deffeito da educação mechanica e a ignorancia da educação physica são, em geral, as fontes do pauperismo e consequentemente da falta de braços robustos em nosso pays. Esses homens opádos, doentes e ociosos que abundão na classe pobre jamais

poderão ser empregados com utilidade nas artes, na agricultura, no exercito e na marinha; typos do lymphatismo, não exercerão vantajosamente estas profissões sem que se lhes transforme a constituição physica. Quanto aos meninos é fora de duvida que desde ja deve-se cuidar em dar-lhes robustez ao corpo e desenvolvimento da rasão. O governo se tem occupado ate hoje somente desta ultima parte, da primeira, alias igualmente importante, devem-se occupar os espiritos praticos. Eis o resumo das opiniões exaradas no meu parecer. (AGCRJ/SDE, Códice 11.1.5, p. 113-114).

Como se pode perceber, alinhado à tese de uma educação plurivetorial, o parecerista denuncia o descaso com a educação do corpo, atribuindo a este fator a responsabilidade pela pobreza e ausência de braços robustos no país. Descaso que, em sua ótica, encontra-se concentrado no universo da população pauperizada. No limite, emprega o argumento da produção do trabalhador útil como recurso para defender investimentos escolares nas corporeidades, sobretudo junto aos pobres.

Tal convicção, contudo, não era integralmente partilhada pelo conjunto de professores. Na classe, o tema era polêmico³⁰. Sinais de debate encontram-se evidenciados por ocasião do exame da proposta do ensino de ginástica, do Capitão Ataliba Manoel Fernandes nas escolas da Corte³¹. De acordo com Paiva e Paiva (2002), os argumentos elencados pelo Capitão Ataliba para a criação e regularização do ensino da ginástica na instrução primária são três: ela fora “sempre [desde a Grécia Antiga] considerada como parte da hygiene” porque influenciadora “notável” da “economia animal”; ocupava lugar importante como “parte integrante da educação da mocidade” nas nações mais adiantadas da Europa e, por fim, seu ensino havia sido regulamentado na instrução pública da Corte “a certo numero de escólas” (AGCRJ/SDE, Códice 11.4.14, 1873, p. 3). Ao lado desses ensinamentos extraídos da história, o militar também aborda dificuldades imaginadas, fornecendo alternativa para as mesmas, como é o caso do problema da formação de professores, espaços inadequados ou inexistentes, equipamentos e aparelhos e a questão do método. No entanto, o esforço do militar que faz um uso explícito de argumentos partilhados no âmbito da corporação médica não é suficiente para convencer os professores a uma adesão imediata a sua proposta. A mesma é objeto de rejeição e de revisão. Como exemplo de rejeição, temos a posição do

professor Soares (1873) que, mesmo reconhecendo o mérito da proposta tal como fora apresentada, sinaliza que não poderia ser aplicada indistintamente. Nesse sentido, Soares (1873) se posiciona:

Tendo recebido o officio que a illustre commissão incumbida de informar sobre a proposta relativa ao ensino da gymnastica nas escolas primarias, se dignou a dirigir-me em 30 do mez passado, convidando-me a comparecer a uma reunião no dia 13 do corrente, para dar o meu parecer relativamente á mesma proposta, e não podendo eu comparecer, peço desculpa á nobre commissão dessa minha falta involuntaria, e passo a responder, como é de meu dever, o que me suggere a occasião. Parece-me util a admissão do ensino da gymnastica nas escolas primarias, não só porque dá ao corpo do alumno mais agilidade como também deve ser bastante proveitosa á saude, porem ousou lembrar á nobre comissão que, na escola que actualmente me honro de dirigir, a qual está situada em lugar onde só se trata de lavoura e onde não existe uma só familia que viva com mais alguma commodidade do que aquella que dá a pequena lavoura, e onde os meninos, na quasi totalidade ao retirar-se diariamente da escola, vão para caza cortar capim, rapar mandioca, fazer farinha, moer canna e abacelar os feijões e o milho, (que mais exercicios precisão fazer, que lhes venha para a manutenção da saude n'este continuo labor?) não se faz tão necessaria a mesma gymnastica como no centro da cidade onde o menino pobre vive entre 4 paredes respirando o ar corrupto que soe haver onde ha muita gente junto. Deos guarde a V. S. 2ª Escola Publica da Freguezia de Jacarépagua, 10 de maio de 1873. Ilmo Snr José Rodrigues da Fonseca Jordão Mui digno membro da commissão incumbida de informar a proposta do ensino da gymnastica nas Escolas.

Outros professores também se recusam a acatar a proposta, o que fica evidenciado na ata da sessão dos professores públicos de instrução primária da corte, de 13/03/1873, na qual o projeto do capitão é debatido. Nessa sessão, cinco professores se posicionam contrariamente à incorporação dessa prática nas escolas primárias, cuja expressão mais veemente é a do Professor Pinheiro que afirma ser “inadmissível na actualidade o ensino de gymnastica”. Outros condicionam sua incorporação à revisão do regulamento das escolas. Ao lado dessas posições, há um caloroso

debate acerca de quem deve ensinar essa matéria, quem deve freqüentar, como a mesma deve ser ensinada, seu impacto no funcionamento ordinário das escolas, dentre outros aspectos.

No ponto de chegada, cabe assinalar que o debate acerca da educação física presente na ordem médica no Império não ficou circunscrito àquela corporação, como já indicamos, tampouco ao tempo da monarquia. Duas breves incursões atestam essa afirmativa.

Em dezembro de 1889, um mês após a mudança de regime, o governo republicano constituiu uma comissão para elaborar uma reforma do ensino primário no Distrito Federal (DF). Um dos integrantes é proprietário de escola que se auto-representa como “homem de ação, habituado a lutar pela victoria dos principios” em que acredita, sendo-lhe mais “facil externar por actos do que por palavras” o seu merecimento profissional. No entanto, assinala, em seu “tributo” endereçado ao Ministro do Interior “os pontos capitaes” com vistas à reorganização do ensino sob a forma republicana. Para ele, a instrução popular deveria ser positiva, conforme o espírito da época e adaptado às necessidades da civilização moderna. No extenso e detalhado documento que produz, ao lado da argumentação desenvolvida sobre pontos variados (escolas maternais, obrigatoriedade e unisexualidade, por exemplo), apresenta seu projeto de reforma do ensino primário do DF (totalizando 59 artigos, mais um último de disposições transitórias). No que interessa mais de perto, cabe registrar que defende uma escola primária de três graus, totalizando 11 anos³². Ao logo desses 11 anos, os/as alunos/as deveriam praticar a educação física.

No final da chamada primeira república, o debate acerca da questão da educação física demonstra ter atingido um outro patamar, como se pode evidenciar em dois concursos para o provimento de “cadeiras vagas de educação physica” em estabelecimentos de ensino profissional da Diretoria Geral de Instrução Pública do DF³³. Aqui, menos que projetos doutrinários ou pareceres de reforma, o que se tem é uma prática de outra ordem que busca definir com rigor o conceito de educação física que se deseja legitimar. Composta de três etapas, sendo a prova escrita eliminatória e a prática e de aula classificatórias, esse processo indica a complexidade no processo de seleção e a especialização que se pretendia dos/as candidatos/as. Esse último aspecto pode ser percebido na composição da comissão examinadora³⁴ e nos conhecimentos exigidos em cada uma das fases do concurso.

Na prova escrita realizada em 25/9/1929, o ponto sorteado previa que os candidatos dissertassem acerca do "Esqueleto da cabeça. Acção dos diferentes grupos musculares na execução de um movimento. O vestuário nos exercicios phisicos. Crescimento da creança. Preparação de uma aula de educação phisica. Conceito de educação phisica entre os romanos." Já na prova prática deveriam demonstrar habilidades relativas aos exercícios respiratórios em movimento, exercício de pernas e de tronco na posição deitada, bola corrida, barra de bola e *volley-baal*, socorro a um naufrago e prática da respiração artificial, mergulho sem impulso, passos e posições de dança. Já na prova de aula, com 50 minutos, dadas sucessivamente pelos candidatos perante um corpo de alunas da escola Profissional Orsina da Fonseca e um de alunos da escola profissional Visconde de Mauá, sem que um assistisse a prova do outro, o ponto era uma aula de educação física para alunos do 2º ano e uma aula para alunas do 4º ano.

No concurso de 1930 uma determinada especialização desses/as professores/as também é esperada e, em certa medida, produzida pelo próprio processo de recrutamento. Para a prova escrita, os/as candidatos/as deveriam demonstrar conhecimentos sobre anatomia da coluna vertebral, fisiologia da circulação, a relação entre exercício físico e circulação, os objetivos do cultivo dos exercícios físicos nos tempos primitivos e as bases pedagógicas de uma aula de educação física para alunas do 1º ano de uma escola profissional. Na prova prática, todos deveriam organizar a ficha antropométrica e fisiológica de um aluno de instituto profissional, além de comprovar habilidades em exercícios de equilíbrio em pé e em movimento, marchas, carniça, movimentos preventivos e corretivos dos desvios e defeitos orgânicos adquiridos no trabalho de oficina, marcha rítmica, exercícios respiratórios em cadência de marcha e corrida, bola corrida, bola americana, viga, espaldar e banco sueco e espaldar. A prova de aula manteve os traços da realizada no concurso anterior.

Como se pode perceber, o concurso constitui um modelo de bom professor de educação física que o poder público deseja. Para isso, os/as candidatos/as deveriam demonstrar uma versatilidade de conhecimentos, habilidades físicas, ao lado de uma performance didático-pedagógica, o que sinaliza para uma inflexão no debate que marcou (e marca) a profissionalização da docência no Brasil, particularmente daqueles que teriam o corpo dos/as escolares sob sua responsabilidade.

O breve exercício, nesse ponto de chegada, indica a longevidade do debate acerca da escolarização das práticas corporais, indicando que novos contornos vão sendo configurados. Talvez, o desafio que permaneça é o de tornar mais densas as reflexões relativas aos fundamentos e termos do projeto de escolarização de práticas corporais para o que deve concorrer uma atenção vigilante para os sujeitos da enunciação, sua ancoragem institucional e a posição a partir da qual os mesmos são produzidos. Ao lado desses procedimentos, cabe observar os empréstimos, negações e acomodações que se desenvolveram (e que se desenvolvem) ao longo do processo de combate à “poética pallidez”; exercícios que aqui busquei fazer, ajustando meu foco no projeto médico-higiênico, acoplando elementos que atestam que o mesmo foi (e vem sendo) objeto de recepções diferenciadas. Nesse jogo, o fascinante é acompanhar o funcionamento de forças diferenciadas na disputa da titularidade da ação com e sobre os corpos de sujeitos ordinários, isto é, de nossos/as alunos/as, cuja potência tem sido freqüente e arrogantemente desconsiderada.

Notas

- 1 Vale lembrar que o próprio formato da tese (dissertativo ou propositivo) já impõe um tratamento diferenciado.
- 2 Algumas teses, embora não tenham uma centralidade na questão da educação, tematizam alguns destes aspectos, como, por exemplo, os trabalhos dos Drs. Leitão (1840), Dias (1844), Viriciani (1845), Cunha (1845), Teixeira (1845), Barros (1845), Torres (1848), Carrão (1848), Silva (1869), Macedo Jr. (1869), Reis (1869), Teixeira (1872), Machado (1885), Camillo (1886) e Veiga Sobrinho (1886).
- 3 Esta e outras citações não indicam a página por serem fontes documentais do século XIX.
- 4 Neste momento, restrinjo-me a acompanhar suas reflexões acerca da educação física na Corte. O tratamento aos dois outros aspectos pode ser conferido em Gondra, 2004.
- 5 Outros médicos desenvolvem movimento semelhante no sentido de ordenar o tempo do escolar. É interessante registrar que essa preocupação também aparece na obra de Spencer (1886), cujos textos, em

forma de livro, foram publicados pela primeira vez, em 1861, na Inglaterra. A primeira edição desta publicação, em francês, data de 1878 e a primeira em Portugal data de 1886. Nessa obra, Spencer recorre com ênfase à fisiologia e ao resultado de experimentos ingleses para sustentar as suas posições que, no caso da educação física, consiste em uma redistribuição do tempo escolar como mecanismo para estabelecer uma formação sem excessos, isto é, uma formação sem ênfase no aspecto intelectual; enfim, uma educação equilibrada no que se refere aos aspectos intelectuais, físicos e morais. No conjunto de teses examinadas, Spencer é explicitamente referido pelos Drs. Vasconcellos, em 1888, e Brito, em seu trabalho de 1891.

- 6 Este, por sua vez, buscava apoio na fisiologia.
- 7 Nesta mesma linha, o Dr. Armonde (1874), afirmava: “Nas escolas primarias publicas os alumnos de ambos os sexos demoram-se nas aulas tres horas consecutivas pela manhã e outras tantas pela tarde. A attenção das crianças não póde nem deve ser largamente applicada. Tornão-se inquietas, distrahem-se muito naturalmente, e o resultado disso é soffrerem castigos que em nada lhes aproveitão. Depois do jantar, nada mais contrario a hygiene do que obrigar as crianças a trabalhos de intelligencia. Alem de não trazer proveito, pois a desattenção a essa hora é facto que se observa sempre, a digestão é mal feita, já pelo repouso em que os alumnos se conservão, já pela excitação nervosa em que o estado de desgosto, de constrangimento, os colloca. [...] A hygiene aconselha que as aulas sejam, quanto possivel, feitas até ás duas ou tres horas; aconselha ainda entremeial-as de exercicios phisicos; convindo tambem que as lições que demandem grande esforço intellectual alternem com as bellas-lettras, bellas-artes, etc. Todos os effeitos desse methodo são vantajosos: mais attenção ás lições, que são ouvidas com mais prazer pelo alumno; d’ahi maior aproveitamento. A par disso, maior estima aos mestres, maior harmonia entre educador e educando, menos castigos, e, o que mais é, melhor saúde.” Observa-se, desse modo, que a higiene chama para si a responsabilidade e o dever de formular um programa, não apenas para a educação física, como, de resto, para o funcionamento integral de toda a organização escolar, prescrevendo tempos, duração, práticas, estabelecendo ordenações e conteúdos. A adoção desse progra-

ma higiênico por parte das organizações escolares tem, no limite, um efeito na promoção da saúde individual, institucional e social, finalidades primeiras de uma medicina que tomava o social por objeto.

- 8 Indicando, apenas, tratar-se do Dr. Japiassu.
- 9 Cita os exemplos de Cesar, Marco Aurélio, Catão, Carlos II e Henrique IV.
- 10 Francisco Amorós e Odeano nasceu em Valença, Espanha, em 19 de fevereiro de 1770, tendo iniciado sua vida militar aos nove anos de idade, quando ingressou no exército espanhol. A base de sua educação na Espanha foi a ginástica, a esgrima, a natação e a equitação. No levante espanhol contra a dominação napoleônica, Amorós declarou-se inimigo de Fernando VII e uniu-se a José Bonaparte. Foi deportado para a França em 1814 e, já em 1815, tornava-se membro da Sociedade para a Instrução Elementar em Paris. Em 1816, naturalizou-se francês e iniciou sua campanha em favor da criação dos Ginásios. A partir de 1820, começou a publicar seus estudos sobre a Ginástica. Morreu em Paris, em 8 de agosto de 1848, com 78 anos de idade. Também conhecido como Marquês de Sotelo. (Dados biográficos retirados de Soares, 1998).
- 11 São citados Parriset que em uma carta, localizada na obra de M. Froissant, avalia positivamente o método do coronel espanhol e membros da Sociedade de Medicina de Paris encarregados de avaliar a *Gymnastica* de Amorós (Macquart, Mézert, Roux, Villermay, Esquirol, Gasc e Bailly).
- 12 Com isto não se quer afirmar que tenha havido uma formação regular dos “ginastas” no Império. O que se quer ressaltar é a ênfase que se imprime ao corpo, ao ponto de gerar a defesa de que as atividades corporais na escola deveriam ficar sob a responsabilidade de um profissional específico, ocorrendo em espaço próprio.
- 13 Trata-se do relato do caso de Volney (Boisgirais) (apud ANDRADA JUNIOR, 1855) que, depois de um tratamento áspero por parte de seus professores, tornara-se melancólico e avesso aos estudos. Um dos seus professores “teve-lhe dó, afagou-o, ministrou-lhe bons conselhos e consolações que por tal arte se houve com os estudos, que galgou logo os primeiros lugares, para nunca mais deixá-lo.”

- 14 Cabe registrar que a tese de 1852 e a de 1888 apontam em uma mesma direção: a de impor um modelo a ser seguido pelos professores/diretores, fato que chama a atenção, posto que o ingresso dos “professores públicos” já era controlado desde a lei de 15/10/1827 e a preocupação com a formação dos mesmos já tinha se materializado com a criação de escolas normais na Província (Niterói, 1835) e na Corte (1880). Com relação à criação da primeira, recomendo a leitura de Villela (1992). Quanto à segunda, cabe registrar a presença da cadeira de “Elementos de Ciências Físicas e Naturais e de Higiene e Fisiologia” na grade curricular dos futuros professores (Decreto nº 7684 de 06/03/1880), o que não foi suficiente para eliminar a crítica formulada pelos médicos à formação dos professores.
- 15 O Dr. Mello cita dois exemplos. O primeiro é o de Hermógenes que, na idade de 18 anos, era o mais hábil retórico da Grécia, mas que perdera todos os seus conhecimentos aos 24 anos, tendo vivido até os 48 em um completo estado de idiotismo. O segundo é o do Imperador Caracalla que, também aos 18 anos, era um “portento de instrução”, mas que perdera depois todos os seus conhecimentos, chegando a ficar reduzido ao “miserável” estado de desconhecer as letras do alfabeto.
- 16 Há uma denúncia do descaso da ginástica inclusive no Colégio de Pedro II. Nas palavras do Dr. Ubatuba (1845): “Muito nos admira que o mesmo collegio de Pedro II, que mais directamente está sob as vistas do governo, tenha sido até hoje privado de uma coiza tão necessaria como o gymnaseo, o que prova o pouco interesse que se tem pela educação physica”. Registro semelhante pode ser verificado na tese do Dr. Mello (1846).
- 17 Ao referir-se às mulheres grávidas, ele contra-indica os passeios a cavalo e de carruagem porque poderiam prejudicar o feto. Referindo-se aos colégios, quanto aos demais exercícios ele afirma que poderiam variar e a preferência que se deveria dar a um ou outro dependeria de certas circunstâncias especiais das pessoas que teriam de fazê-lo e de outras causas que somente seriam devidamente avaliadas pelo diretor ou indivíduo encarregado deste “mister, como entre os gregos julgavam certos empregados dos seus gymnasios, que se chamavão gymnastas.” (MELLO, 1846).

- 18 A defesa da ginástica recorre tanto à perspectiva da cura, como à da prevenção.
- 19 Propõe também exercícios para apurar a visão e audição que integravam a ginástica.
- 20 Os exercícios deveriam ser sexualizados a partir da puberdade. A ginástica, para as meninas, deveria ter um caráter terapêutico apenas. Já a luta, esgrima, natação e equitação deveriam ser atividades realizadas pelos meninos.
- 21 Defende a proibição da esgrima nos colégios porque a mesma dava um “espírito disputador e desordeiro”.
- 22 Os dois primeiros são indicados para meninos e meninas. Os demais, só para os meninos na fase da adolescência.
- 23 Tese de revalidação do curso. De acordo com a reforma dos estatutos da FMRJ, esse processo supunha o atendimento de uma série de exigências especificadas no Capítulo VI do Decreto 9311, de 25/11/1884. A possibilidade de revalidação dos diplomas obtidos no exterior já se encontrava presente nas reformas de 1837 e 1854.
- 24 Contra-indicava o jogo de bilhar que, segundo ele, era muito estimado pelos moços.
- 25 O Dr. Machado não estudou o bilhar, a caça, a equitação e a vedação por considerar que não guardavam relações imediatas com a higiene dos internatos.
- 26 Com exceção dos dois primeiros, os outros são todos extraídos dos costumes ingleses. A Inglaterra foi elevada à condição de modelo pelo Dr. Brito ao reconhecer a disciplina, virilidade e senso prático como os distintivos que, em última análise, caracterizavam as atividades dos ingleses que o médico brasileiro representa como “povo livre, vigoroso e disciplinado”. Nesta mesma linha, na América, os EUA são referidos como modelo.
- 27 No que se refere à presença da educação física no Imperial Collegio de Pedro II, cf. a tese de Cunha Junior (2002).
- 28 A presença do ensino de ginástica na escola normal encontra-se tratada na tese de Villela (2002).

- 29 Para o caso de Belo Horizonte no início da República, conferir a tese de Vago (2002).
- 30 Polêmica que também pode ser evidenciada em instituições, como demonstrado nos trabalhos de Cunha Junior (2002) e Villela (2002).
- 31 Um estudo mais metuculoso desse processo foi desenvolvido por Paiva e Paiva (2001).
- 32 1º grau – quatro anos, 2º grau – quatro anos e 3º grau – três anos. (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro/Setor de Documentação Escrita - AGCRJ/SDE, código 10-4-24, p. 18-47).
- 33 Cf. Atas de provas escrita, prática e de aula no código 15.4.10 AGCRJ/SDE.
- 34 No concurso de 1929, a banca era constituída por dois médicos, dois tenentes e pelo diretor da escola profissional Visconde de Mauá. No de 1930, era por dois médicos, uma professora e dois outros homens sem profissão especificada.

Referências

ANDRADA JUNIOR, José Bonifacio Caldeira. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos*: regras principaes tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1855.

ARMONDE, Amaro Ferreira das Neves. *Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro, e de sua influencia sobre a saude*. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1874.

BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro. *A mulber e sua differença do homem e sobre o regimen que deve seguir no estado de prenhez*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1845.

BRITO, Severino de Sá. *Educação physica*. Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne, 1891.

CAMILLO, Alexandre Augusto d'Almeida. *O onanismo na mulber*: sua influencia sobre o physico e o moral. Rio de Janeiro: Typographia Portella, 1886.

CARRÃO, José Mariano de Amorim. *Algumas considerações sobre o homem nas suas diferentes idades*. Rio de Janeiro: Typographia do Archivo Medico Brasileiro, 1848.

COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos: regras principaes tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

CRUZ JÚNIOR, José de Souza Pereira. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos: regras principaes tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1857.

CUNHA, Balbino Candido. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos: regras principaes tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando. *Cultura escolar e formação da boa sociedade: uma história do Imperial Collegio de Pedro Segundo*. 2002. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

GOMES, Antonio Francisco. *Influencia da educação physica do homem*. Rio de Janeiro: Empreza Typ. Dous de Dezembro, 1852.

GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A hygiene dos collegios applicavel: esboço das regras principaes tendentes á conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem reger os nossos collegios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858.

LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. Tradução: Walter L. Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- LEITÃO, Antonio Gonsalves d'Araujo. *Dissertação sobre a hygiene da infancia*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario de N. L. Vianna, 1840.
- MACEDO JUNIOR, João Alvares de Azevedo. *Da prostituição no Rio de Janeiro e da sua influência sobre a saude publica*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1869.
- MACHADO, João da Matta. *Educação physica, moral e intellectual da mocidade no Rio de Janeiro e da sua influencia sobre a saúde*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger, 1875.
- MAFRA, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos: regras principaes tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem reger os nossos collegios*. Rio de Janeiro: Empreza Typographia Dous de Dezembro, 1855.
- MELLO, Joaquim Pedro. *Generalidades acerca da educação physica dos meninos*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Companhia, 1846.
- NAEGELI, Wilhelm. *A utilidade dos exercicios gymnasticos nos paizes tropicaes*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1863.
- PAIVA, Fernanda; PAIVA, Simone. Ensino de gymnastica: memória e problematização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 12., 2002. *Anais...* Caxambu, MG, 2002. 1CD-Rom.
- PORTUGAL, Antonio Nunes de Gouvêa. *Influencia da educação physica do homem*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1853.
- REIS, João Antonio Machado. *Do emprego da hydroterapia no tratamento das molestias chronicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1869.
- SOARES, Carmen. *Imagens da educação no corpo*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SOUZA, Joaquim Francisco de Paula. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos (...)*. Rio de Janeiro: Typographia de n. 1Vianna & Filhos, 1857.
- SPENCER, Herbert. *Da educação intellectual, moral e physica*. Lisboa: Litteraria Fluminense, 1886.
- SOBRINHO, Evaristo Ferreira da Veiga. *Das condições que explicão a mortalidade das crianças na Cidade do Rio de Janeiro*. Ouro Preto: Typographia da Provincia de Minas, 1886.

TEIXEIRA, Antonio Pedro. *A puberdade em geral*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1845.

TEIXEIRA, João Martins. *Das alianças consaguineas e de sua influencia sobre o physico, moral e intellectual do homem*. Rio de Janeiro: Typographia Academica, 1872.

TORRES, Antonio Gonsalves de Lima. *Breves considerações sobre o physico e o moral da mulher nas diferentes phases de sua vida*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, 1848.

UBATUBA, Manoel Pereira da Silva. *Algumas considerações sobre a educação physica*. Nictheroy: Typografia Commercial de E. C. dos Santos, 1845.

VAGO, Tarcisio M. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: USF, 2002.

VASCONCELLOS, Carlos Rodrigues. *Hygiene Escolar: suas applicações á cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1888.

VEIGA, Francisco Xavier. *Ensaio da bibliographia medica do Rio de Janeiro posterior á criação da escola de medicina: resenha das obras de medicina ou cirurgia que se tem publicado nesta cidade ou tem sido dadas á luz em outras partes por medicos ou cirurgiões seus*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

VILLELA, Heloisa. A primeira escola normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (Org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Da palmatória à lanterna mágica*. 2002. Tese (Doutorado)-FEUSP, São Paulo, 2002.

VIRCIANI, Pedro José. *A hygiene da velhice*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1845.

Against the “*Poética Pallidez*”: debate on the subject of hygienic bodies

Abstract:

This paper intends to discuss the links between education and medicine in the 19th century in Brazil, especially in the District of Court. It analyses the thesis developed at the Medicine College of Rio de Janeiro – FMRJ to investigate how the medical speech of those years had in education one of its main vectors of social intervention. In that sense the schools appeared for the medical field a priority place for spreading its conceptions on hygiene, health, body and school education.

Key words:

Medicine-Social aspects. Body- Care and hygiene. Students- Care and hygiene. Physical education-Brazil.

Combatir la “*Poética Pallidez*”: la cuestión de la higienización de los cuerpos

Resumen:

El presente trabajo discute las relaciones entre educación y medicina en el Brasil del siglo dieciocho, en especial en el Municipio de la Corte. Recupera las tesis desarrolladas en la Facultad de Medicina de Rio de Janeiro – FMRJ con el objetivo de comprender como el discurso médico de aquellos años tenía a la educación como uno de sus ejes principales de intervención social. En ese sentido, el campo de la medicina otorgaba a las escuelas un lugar prioritario para la diseminación de sus concepciones de higiene, salud, cuerpo y educación escolar.

Palabras-clave:

Medicina-Aspectos sociales. Cuerpo-Cuidados e higiene. Estudiantes-Cuidados e higiene. Educación física-Brazil.

José G. Gondra

Rua Zamenhof, 46/202 - Tel. 21- 2273-7116

CEP: 20250-070 - Estácio - Rio - RJ .

E-mail: gondra@uerj.br

Recebido em : 24/07/2004

Aprovado em: 28/10/2004

PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 121-161, jul./dez. 2004

<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>